

LISBOA SETECENTISTA:

O espaço da Ilustração*

Washington Dener dos Santos Cunha**
André Campos da Rocha***

Abstract – Pombal reconstructed Lisbon according to his ideal of city. Rationalized, regular and geometrical, the Portuguese Capital became the reality dreamed by the Marquis. The Portuguese Minister transferred the political action to the urban order, combating the archaism that had dominated the Portuguese society.

Lisboa teve suas origens míticas em Ulisses que, após a destruição de Tróia, funda a cidade de Olíssipo – derivando-se depois em Lisboa. Fernando Pessoa resgatou este mito de fundação da cidade no seu poema *Ulisses*:

“O mito é o nada que é o tudo
O mesmo sol que abre os céus
É um mito brilhante e mudo
O corpo morto de Deus,
Vivo e desnudo

* Devemos a revisão deste texto à Cristina Ovalle. A idéia do texto surgiu de uma pesquisa, feita em conjunto e coordenada pela Prof^a Dr^a Mary Del Priore, sobre o terremoto de Lisboa em 1755.

** Professor no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Brasil.

*** Professor na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.

Este, que aqui aportou,
 Foi por não ser existindo
 Sem existir nos bastou
 Por não ter vindo foi vindo
 E nos criou

Assim a lenda se escorre
 A entrar na realidade
 E a fecundá-la decorre
 Em baixo, a vida, metade
 De nada morre”.¹

No século XVIII, a capital portuguesa transforma-se no exemplo de cidade moderna. Os escombros do terremoto de 1755 são removidos e, juntamente com eles, são revolvidos os traços da cidade antiga e medieval. Tratava-se agora de estabilizar, oxigenar e sanear o espaço urbano. A cidade medieval, que resistiu ao Cerco dos Mouros, perde a sua força. As vielas tecidas em seu interior, que a caracterizavam, são substituídas por novos traçados, voltados para o exterior – a base de uma nova ordenação.

O terremoto de 1755 foi uma bela contingência para Pombal implantar as suas reformas na sociedade portuguesa. Em “Discurso político sobre as vantagens que o Reino de Portugal pode alcançar com as desgraças do memorável terremoto de 1º de novembro de 1755”, o ministro deixa bem claro o seu desejo de mudança. O terremoto é visto como uma excelente oportunidade para o renascimento de um novo povo e reerguimento de um novo Estado.

“Portugal está hoje no caso de um povo nascente. O mal geral pôs como uma igualdade nas fortunas particulares. O tremor de terra subcavou os vícios nos seus fundamentos. Uma calamidade pública, de ordinário, reúne os corações e espíritos. Que não pode fazer um grande reformador. O leitor o sente melhor do que posso dizer. Não obstante isto, nos socorros, que lhe oferece a sua desgraça mesma, deve esta Monarquia estar atenta a um laço, que está pronto para lhe armar [...]”²

¹ Cf. PESSOA, Fernando. *Mensagem*. 4. ed. Lisboa: Ática, 1950, p. 19.

² Cf. “Discurso político sobre as vantagens que o Reino de Portugal pode alcançar com as desgraças do memorável terremoto de 1º novembro de 1755”. Biblioteca Nacional – Seção de Manuscritos I-12,1,14 (doravante BN-SMss I-12,1,14), p. 194.

Apassionado pelas formas geométricas, Pombal reconstruiu Lisboa sob o ponto de vista racionalizante da concepção de espaço. Pôs em prática os fundamentos do “urbanismo clássico”: a linha reta, a construção monumental e o planejamento – o que Sérgio Paulo Rouanet classifica, segundo os dogmas enciclopedistas, “ars poética do urbanismo”. Para os enciclopedistas, uma cidade só seria bela se:

“[...] as principais ruas conduzam às portas; que as ruas sejam perpendiculares umas às outras, de modo que os cantos das casas sejam um ângulo reto [...], que a distância entre duas ruas paralelas seja tal que haja espaço para duas casas, uma dando vista para uma rua e outra para a rua oposta [...] e que no encontro das principais ruas haja praças, decoradas com fontes e estátuas, e cercadas com palácios de fachada uniforme.”³

Em seu “Discurso político sobre as vantagens que o Reino de Portugal pode alcançar...”, Pombal fala de um possível plano oculto da natureza, ou um castigo da Providência para abrir os olhos do povo português diante do grande abismo em que se encontrava.

“[...] Causava admiração que a Monarquia Portuguesa, sem ter sofrido algumas destas revoluções que fazem perecer os Estados, se enfraquecesse cada dia; mas bem se via, que era impossível, que um povo ignorante não declinasse [...]. Enfim, na mão de Portugal está abrir hoje os olhos sobre o perigo em que se achava. Seu próprio mal pode dar-lhe meios para se resgatar das suas desordens políticas. O momento é ele decisivo. Antes deste acontecimento, todas as reformas que a sua política poderia intentar dariam em falso. Quando os princípios de um governo estão de uma vez corrompidos, quando a sua constituição foi moldada sobre abusos, quando os prejuízos antigos tem servido a formar um novo gênio, quando um grande luxo se senhoureou da Nação, quando as máximas depravadas tomavam o lugar das boas, quando o povo perdeu a norma dos seus antigos costumes, digo que as melhores leis não se acham, em que pegar: é preciso então, para me explicar assim, é necessário um golpe de raio que abisme e subverta tudo, para tudo [...]”⁴

³ Ver ROUANET, Sérgio Paulo. “A cidade iluminista”. Texto apresentado no Fórum *Memória, Cidade e Cultura*. Mestrado em Ciências Sociais/IFCH/UERJ, Agosto de 1994, mimeo, p. 4.

⁴ Ver “Discurso Político sobre as vantagens...”, BN-SMss I-12,1,14; p. 185, 192-193.

Este discurso de Pombal, de 1756, tem um tom profético. O Marquês, pelas entrelinhas, fala da necessidade de uma ordem territorial. Ao longo de seu discurso, Pombal toca na questão das relações com a Inglaterra e outros Estados Europeus, apontando para a importância de uma ordem interna e externa entre os Estados. Tal questão tem uma característica profética, justamente porque, mais tarde, Kant publicaria, em 1784, *A idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*, chamando a atenção para um plano secreto da natureza, ou da Providência, e a necessidade de uma ordem entre os Estados – já sutilmente tocada por Pombal.

Kant, em sua sétima proposição, nos esclarece mais um pouco:

“[...] a natureza serviu-se mais uma vez da incompatibilidade entre os homens e até entre as grandes sociedades e corpos políticos desta espécie de criaturas para, através do seu inevitável antagonismo, criar uma situação de calma e segurança. Quer dizer, através das guerras, através da exaltada e nunca afrouxada preparação para elas, através das vicissitudes que devido a elas e mesmo no meio da paz cada Estado tem de sentir internamente, ela condu-lo, de começo, a tentativas imperfeitas, mas finalmente e após muitas devastações, viragens e até pela própria e completa exaustação interna das suas forças, condu-lo àquilo que a razão lhes poderia ter dito sem tantas e tão tristes experiências [...]. Mas enquanto os Estados continuarem a despender todas as suas forças nos seus vãos e brutais objetivos de expansão, impedindo assim continuamente o lento esforço da formação interna do modo de pensar dos seus cidadãos e privando-os mesmo de todo o apoio nesse sentido, nada de semelhante se pode esperar [...]”⁵

Kant via uma impossibilidade de um propósito racional nos homens ou nos seus atos, restando-lhe apenas como saída descobrir um suposto plano da natureza em relação aos seres que não têm plano próprio.

Os planos de reconstrução da cidade foram aprovados em junho de 1758. Porém, Pombal em suas “providências” de dezembro de 1755, já indicava o seu desejo de ter uma cidade modificada. Uma cidade que seria a capital de uma nação renovada e reformada que, após a grande catástrofe, se mostrava com todas as condições de reerguer-se.

⁵ Cf. GARDINER, P. *Teorias da história*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964, p. 35.

Lisboa, sem sombra de dúvida, foi o *locus* de realização das reformas do Ministro. Era o palco de experiências, cenário de um drama nacional que se fazia representar. A cidade muito mais do que uma conseqüência de um novo espírito, que tomava de assalto a sociedade portuguesa, antes de tudo foi um prenúncio das luzes que iluminariam os caminhos de um novo povo, mais solidário em decorrência da grande catástrofe.

Pombal apresentando uma perspectiva racionalizante em suas providências, se preocupou de imediato, logo após o terremoto, em regular e alinhar as ruas e reedificar as casas que “jazem entre a Rua Nova do Almada, e Padaria, e entre a extremidade Setentrional do Rocio, até o Terreiro do Paço”. Neste plano, ratificam-se as proibições em relação às edificações dentro dos limites da cidade de Lisboa, sendo aberta apenas uma exceção ao alinhamento das ruas. O velho Ministro procurava normatizar as construções para que a cidade fosse o próprio reflexo da nova sociedade, que começava a se instaurar.

“[...] A Rua larga de São Roque, formando uma praça com a regularidade possível entre o adro dita Igreja; e as casas D. João de Lancostre: e saindo dela uma rua de cinquenta e quatro palmos de largo [...], formando-se para as casas um prospecto uniforme em simetria, e altura [...]. A Rua das Portas de Santa Catarina, principiando no largo do Loreto com os cinquenta e quatro palmos que tem, até o largo onde se separam os caminhos para a Calçada de Payo Novaes, e para a Rua Nova do Almada: principiando-se a adoçar proporcionalmente o declívio desde o dito largo do Loreto até o outro acima declarado, de sorte que quando chegar a ele, tenha menos que vencer na descida do Chiado.

Em segundo lugar, se deve continuar da mesma sorte, e com a mesma largura, desde o Chiado até a Calcetaria, levantando-se nesta com entulhos, o que possível for, e der a liveiação [sic], para ficar mais imperceptível o declívio.

No meio desta obra ficam duas cousas dignas de atender-se: primeiro, o largo irregular, e torpe, acima referido: segundo, a chamada Calçada de Payo Novaes indigna de ser rua de uma corte ainda no estado antecedente. E para que fique tudo reduzido a termos decorosos [...].”⁶

⁶ Ver “Memórias das principais providências que se deram no terremoto que padeceu a Corte de Lisboa no ano de 1755”. Lisboa, 1758, p. 337-338.

Como podemos ver, Pombal por meio de suas providências, aos poucos regulava não só a cidade, mas também a sociedade portuguesa. Em meio ao turbilhão do 3º quartel do século XVIII, marcado por agitações e querelas políticas, o futuro Marquês procurava agir no interior de uma nação atrasada, pautada sobre estruturas já mortas, onde se tinha uma relação às avessas entre o palco e a peça que se preparava para representar. Neste momento, Lisboa aguardava a hora de entrar em cena, na qual representaria o papel principal junto à complexa sociedade portuguesa. A cidade seria a personagem sedutora, procurando atrair a ação reformadora tornando-se o grande exemplo de cidade moderna. Lisboa era uma “grande cabeça” sobre um corpo frágil – o Reino de Portugal.

Miguel Rovisco, na peça *O bicho*, a primeira da *Trilogia portuguesa*, traça o perfil de Sebastião José de Carvalho e Melo como um homem determinado, forte, preocupado com o ordenamento da cidade – o seu cartão de visitas para o restante do Reino.

“Um soberano é sempre um soberano em qualquer ponto do país; um ministro só é ministro em Lisboa, e Lisboa é minha! Antes do Monarca e de toda a corte, já aqui chegaram os operários para a reconstruir: ruas largas, direitas, paralelas umas com as outras – há de ser assim; recebendo uma maior claridade da luz, maior liberdade do ar, maior felicidade de passagem... oh, sua Majestade ignora que eu lhe tomei Lisboa – ou que lha vou tomar ainda! Deixarei a minha marca na Capital, ela pertence-me por direito: sou o único ministro do reino!”⁷

Pombal concebeu Lisboa totalmente circunscrita numa base geométrica. Para o Marquês, até as nuvens deveriam ter formas geométricas, como nos mostra Rovisco na cena em que Pombal é destituído do cargo:

“Esta praça fui eu que a construí: larga, bela, arejada! A estátua do meu rei a cavalo, dominadora, fui eu que a mandei colocar acolá... a cavalo, pisando víboras: as víboras da demência. Lisboa fi-la eu: geométrica, abstrata – se me tivesse sido possível, as próprias nuvens seriam hoje quadradas: para um homem poder pensar com lógica.”⁸

⁷ ROVISCO, M. *Trilogia portuguesa*: o bicho, a infância de Leonor de Tavora, o tempo feminino. Lisboa: Rolim, 1987, p. 40.

⁸ Id., *ibid.*, p. 74-75.

E num último suspiro, saudoso dos tempos em que detinha o poder, Pombal recita:

“Vê Minerva dum jato só fundida
Com tanta perfeição a estátua rara
Que, pesarosa de faltar-lhe a vida,
Diligente a animá-la se prepara;
O etéreo fogo, já com a mão erguida,
Ia infundir-lhe; mas suspensa pára,
Por não querer ficasse desta sorte.
Uma obra imortal sujeita à morte.”⁹

Embora seja uma obra de ficção, Rovisco procurou servir-se de cartas, decretos e avisos do Ministro de *El-Rei D. José de Portugal*. *A trilogia portuguesa* é um trabalho de crítica à sociedade portuguesa setecentista, onde o autor com extrema originalidade soube utilizar os documentos para a montagem de um cenário da época e, também para a construção de personagens densas da História de Portugal.

José Augusto França em seu livro *Lisboa pombalina e o iluminismo* afirma que:

“A Lisboa de Pombal constitui verdadeiramente o fenômeno do urbanismo do séc. XVIII, situada historicamente numa encruzilhada em que o passado e o futuro se dão as mãos. Ela é ao mesmo tempo a última cidade antiga e a primeira cidade moderna. Última realização de um mundo de esquemas econômicos centenários, ela oferece-nos também o primeiro exemplo de um novo pensamento técnico – e já nela se vislumbram princípios urbanísticos que permanecerão válidos durante duzentos anos, até a primeira metade do séc. XX.”¹⁰

Era esta a cidade sonhada pelo Marquês em seu projeto de racionalização urbana. A “cidade perfeita”, limpa, arejada, geométrica – a personificação da virtude. Um contraponto ao “ranço” em que estava mergulhada a sociedade portuguesa da época.

Carl Schorske, em seu texto “La idea de ciudad en el pensamiento europeo de Voltaire a Sprengler”, aponta três grandes idéias a respeito

⁹ Id., *ibid.*, p. 75.

¹⁰ Ver FRANÇA, José Augusto Rodrigues. *Lisboa pombalina e o iluminismo*. Lisboa: Livros Horizonte, 1965, p. 130.

da evolução do conceito de cidade, desde o séc. XVIII: a cidade como virtude, a cidade como *locus* do vício e a cidade para além do bem e do mal.

A cidade como virtude teve sua origem no séc. XVIII, a partir do pensamento iluminista. Voltaire, Adam Smith e Fichte, embora tivessem raízes pessoais e históricas próprias, distintas por conta de seus locais de nascimento, acabaram estabelecendo uma visão comum sobre a perspectiva da cidade como virtude civilizada. *Locus* do progresso e da mobilidade social, a cidade é o espaço de difusão da razão e do desenvolvimento econômico. A cidade é o principal sujeito de ação da cultura.

Para Voltaire, o exemplo de cidade da virtude residia em Londres – a “Atenas da Europa Moderna”. Segundo ele, as virtudes desta cidade estavam na liberdade, no comércio e na arte, que eram, respectivamente, os valores político, econômico e cultural. Todos foram resultantes do “respeito cidadão” ao talento.

“Rival de Atenas, te celebro, Londres
por tu talento que hizo huir tiranos
y los prejuicios que a civiles enfrenta dos nutrem
Los hombres dicen su pensar y el valor tiene plazo
En Londres, es grande el que talento.”¹¹

Como exemplo de mobilidade social, Londres vai ser a musa inspiradora do projeto de cidade moderna do filósofo francês. Atacando com ferocidade os “defensores do passado”, os que exaltavam uma possível “idade de ouro” da civilização grega, Voltaire não via nenhuma virtude na exaltação de um momento histórico grego marcado pela pobreza: “Carecieron de industriosidad y el placer: es tal estado virtud o pura ignorancia?”¹² Para o filósofo francês, a industriosidade e o prazer produziam civilização.

Voltaire considerava a aristocracia como o principal sujeito no progresso de costumes, citando como exemplo a mudança da nobreza para a cidade, durante o reinado de Luís XIV, propondo um modo de vida “más dulce” ao povoado urbano. Como coloca Schorske:

¹¹ Voltaire. “Versos por le muerte de Adrienne Lecouvreur”. Apud SCHORSKE, C. “La idea de ciudad en el pensamiento europeo de Voltaire a Sprengler”. *Punto de Vista*, n. 30, Buenos Aires, jul.-out., 1987, passim.

¹² Ver SCHORSKE, op. cit., passim.

“Las graciosas mujeres de los nobles fueron ‘escuela de pôlitesse’ que atrajeron a los juvenes, arrancandoles de las tabernas y proponiéndoles los placeres de la conversacion y la lectura.”¹³

A cultura da nova cidade era vista por Voltaire como uma extensão do palácio. A função da cidade estava na difusão da razão e do gesto entre indivíduos de classes distintas, significando assim um progresso social.

Da mesma forma que Voltaire pensava Adam Smith. Para ele, a dinâmica da civilização estava na cidade, porém fazia ressalvas quanto ao processo de urbanização. Smith defendia a cidade na questão da relação com o campo: a troca de matérias primas e manufaturas entre campo e cidade, principal coluna da prosperidade.

A cidade, mesmo como exemplo de civilização, apresentava outros vícios sutis que funcionavam como espécie de contraponto às virtudes urbanas: “antinaturalidade” e “dependência”. Smith via no cultivo da terra o destino natural de todo ser humano. Fosse por interesse ou por sentimento, a tendência do homem era retornar à terra. O capital e trabalho girando em torno da natureza, um campo livre de riscos.

“La belleza de la campaña..., los placeres de la vida campesina, la tranquilidad de espíritu que promete Y, cuando las injusticias de la ley humana no lo impiden, la independência que hace posible, tienen encantos que, en diferente medida, atraen a todos.”¹⁴

Se, por um lado, a virtude da cidade está no desenvolvimento econômico e cultural, por outro lado, ela acaba não proporcionando o sentido de segurança e liberdade individual de que gozam os camponeses. Smith vê a antiga Colônia Inglesa (hoje EUA), como exemplo natural desse retorno do homem e do capital à terra, onde a primogenitura não era elemento limitador da liberdade individual ou do progresso econômico. A América do Norte era o *locus* do diálogo entre campo e cidade.

Se Voltaire e Smith localizavam as virtudes da cidade no comércio, na arte e nas instituições, Fichte vai acrescentar mais um outro fator importante na construção do progresso social: o espírito demo-

¹³ Id., *ibid.*

¹⁴ SMITH, A. *The Wealth of Nations* (1937). Apud SCHORSKE, op. cit., *passim*.

crático e comunitário. Neste momento, a cidade vista como comunidade acaba por encarnar a virtude em seu contexto social.

Fichte rompeu com as idéias de uma geração de intelectuais alemães do final do séc. XVIII, que produziu uma visão de liberdade face ao poder dos príncipes e à tradicional classe burguesa urbana. Desta forma, a cidade não tinha uma função definida na questão do progresso. Diante do poder despótico dos príncipes, os humanistas alemães buscavam inspiração no ideal comunitário da Cidade-Estado grega.

Fichte apresentou uma nova visão de cidade, que influenciou grande parte do pensamento alemão do séc. XIX. Sua proposta consistia em pensar a cidade como agente formador de cultura. Para o autor alemão, a cidade germânica era fruto do “Volk” (povo). A principal característica do povo alemão era a cidade; sinônimo de comunidade que introjetava a virtude em sua forma social.

Ao longo do séc. XVIII, outra corrente começou a tomar corpo: a cidade como vício. Com o desenvolvimento industrial do séc. XIX, essa idéia se fortaleceu a reboque das objeções e dúvidas sobre a cidade como agente civilizador. Tal linha de pensamento responsabilizava o espaço urbano pela fragmentação dos laços sociais, ambição do capital, estilhaçamento das classes populares, pelo quadro de miséria urbana e, principalmente, pela alienação da natureza. A cidade tinha se transformado no signo dos vícios sociais – símbolo da desilusão. O desenvolvimento desordenado apresentava as péssimas condições da vida urbana, até então desconhecidas. A modificação da paisagem social, do ponto de vista negativo, ia de encontro aos desejos iluministas e à crença de um progresso, de uma riqueza e de uma civilização. Pensadores e escritores passam a dramatizar a cidade como um corpo doente, a síntese das injustiças. O remédio estava no confronto entre a metrópole moderna e o comunitarismo pré-urbano.

Às idéias de virtude e vício, Schorske acrescenta mais uma: a cidade além do bem e do mal. Por volta de 1850, surge na França uma nova idéia defendida por Baudelaire, juntamente com os Impressionistas, cuja base filosófica estava a cargo de Nietzsche. Estes adoráveis rebeldes se lançaram contra a moral, o pensamento social e a arte burguesa questionando, a partir de experiências comuns e pessoais, a razão, o modelo racional da natureza e o próprio sentido da História. Noções como vício e virtude, regressão e progresso, aos poucos perdiam o seu sentido. A cidade começava a se transformar no principal tema da nova sociedade que despontava para além do bem e do mal.

A cidade povoada de horrores, glórias, belezas e fealdades, seduz ao mesmo tempo que afasta, um misto de amor e ódio. Terreno do mundo moderno, campo de experiências dos novos homens da cultura moderna.

Encravada entre um passado obscuro e um futuro promissor, a cidade moderna, marcada por uma transitoriedade permanente, deixa-se preencher por uma consciência múltipla e veloz. Se por um lado isto proporciona uma sensibilidade, por outro, acaba com os valores que legitimaram a sua integração. Dentro disto, temos o desenraizamento, a atomização do homem urbano, afastado da experiência da cultura tradicional. A cidade além do Bem e do Mal não aceita a memória e nem a esperança, da mesma forma como rejeita o passado e o futuro, confundindo os sentidos, promovendo uma ilegibilidade povoada de “neblinas e sombras”.

Antonio Nunes Ribeiro Sanches, Doutor em Medicina pela Universidade de Salamanca, Conselheiro de Estado da Imperatriz da Rússia e Sócio Correspondente da Academia Real de Ciências de Lisboa, viveu a maior parte de sua vida fora de Portugal, vindo a falecer em 1783, em Paris. Não retornou às terras lusas por receio da Inquisição, que já havia perseguido a sua família. Contemporâneo de Pombal, escreveu uma obra sobre a saúde dos povos, onde um dos pontos tocados era a ordenação da cidade.

Considerado como um “português estrangeiro”, por viver fora do reino, Sanches em 1756 publica, simultaneamente, em Paris e Lisboa o *Tratado da conservação da saúde dos povos*. Apresentando o seu ideal de cidade, o tratadista português propõe reformas que envolvem a disposição das construções. Dissertando sobre a necessidade de circulação e renovação do ar, ele afirma a importância de se consultar os médicos na fundação de qualquer povoado.

“Porque me pareceu que jamais se consultaram os médicos, nem pelo magistrado, e muito menos pelos arquitetos para fundar qualquer povoação, achei seria útil ajuntar tudo aquilo que li... para evitar os danos que se observou em muitas vilas e cidades; persuado-me que Portugal tem mais necessidade destes conhecimentos, do que outra qualquer Nação; porque tendo cada dia ocasião de fundar novas povoações nos seus dilatados domínios, poderão ser evitados por este meio muitos inconvenientes, que necessariamente redundarão na perda de vassallos.

Aristóteles quer que para fundar uma cidade duas coisas se devem atender. A primeira, a conservação dos habitantes, e a segunda a sua utilidade. O sítio mais adequado para satisfazer estas intenções será aquele virado para o Oriente, onde as águas sejam vivas, e correntes; sítio que tenha muitas entradas, pelas quais possam entrar embarcações e carros, tanto de verão como de inverno; que não seja úmido por extremo, nem árido como são os rochedos: que seja ventilado antes pelos ventos frios, como são os do Oriente, e do Norte, que pelos do Sul, e Ocidente, úmidos e quentes, ordinariamente.¹⁵

Sanches via em Paris o modelo de cidade bem conservada e salubre. Descrevendo-a em detalhes, volta a exaltar a renovação do ar e a circulação das águas.

“Atravessa o rio Sena a populosa cidade de Paris; está de uma e outra parte bordado de dois cais fortíssimos; correm as águas forçadas com tanta velocidade como se fossem por um canal: os fogos de uma tão populosa cidade aquecem e agitam a atmosfera dela, e como a coluna de ar que cobre a água do rio é mais fria, é força que se renova a cada instante, tanto para vir fazer o equilíbrio daquele da cidade, como para ser levado pela corrente de água: deste modo no meio de uma cidade tão habitada existe continuamente um vento artificial que ventila e renova a sua atmosfera e é causa em parte da sua salubridade.”¹⁶

Com um ideal de cidade, Sanches disserta sobre como deveria ser o seu interior e, também de como deveriam ser dispostos os edifícios. Para ele, o ordenamento urbano era o primeiro ponto para a “conservação da saúde dos povos”.

“Só as Nações civilizadas fundaram as cidades, não só para se utilizarem pela sociedade, mas também para se defenderem das injúrias do tempo, e dos inimigos: mas como todas as artes úteis à vida sempre começam com muitas faltas, causadas, ou pela ignorância, ou precipitação dos que as exercitam: assim as primeiras povoações participam de muitos defeitos, como ainda hoje vemos... nas mais antigas cidades da Europa, adonde as ruas são mui estreitas, sem direção [...]. Mas depois que nas cidades e vilas mais cultas começaram os magistrados a reformar aqueles de-

¹⁵ Cf. SANCHES, Antonio Nunes R. *Tratado da conservação da saúde dos povos*. Paris/Lisboa, 1756, p. 48.

¹⁶ Id., *ibid.*, p. 52.

feitos, ordenando fabricar as ruas largas e direitas, que se terminam as grandes praças, depois que as mandaram cobrir de calçadas consistentes, como também as casas de pedra e cal com telhados tão firmes que resistem à chuva, e com aljerozes, e aquedutos para dar saída às águas, juntamente com a limpeza das ruas, corrigiu-se em muita parte a corrupção do ar das cidades, de tal modo que depois de cento e cinqüenta anos raras vezes se observou o estrago da peste na Europa.”¹⁷

Citando Leão-Baptista Alberti, Sanches aponta a importância e necessidade do plano de construção aliado ao ordenamento das cidades.

“É uma vila, ou cidade, diz Leão-Baptista, uma grande casa; e uma casa, uma pequena vila, ou cidade: necessita esta de praças, como aquela de dispensas, vexarias, saleiros, adegas e guarda roupas. As devem ser os lugares para guardar, e distribuir as coisas necessárias à conservação dos habitantes. Devem estes edifícios ser fabricados não só com majestade e grandeza proporcionado à povoação, mas também com as conveniências necessárias aos cidadãos... deixa outras considerações políticas, alheias deste tratado que todos persuadiram o magistrado ordenar um certo termo de fabricar nas cidades ou vilas como também de serem os edifícios e as ruas conformes ao plano que deve estar depositado em casa do Senado ou da Câmara.”¹⁸

Lisboa, para Pombal, vai ter um sentido emblemático-arquitetônico de poder. Este poder emblemático vai ser inscrito entre os traçados das ruas, avenidas e becos, demarcados numa zona regularmente desenhada: a Baixa Pombalina. Basta um mapa para termos uma dimensão da totalidade de Lisboa, junto à base geométrica daquela rede tecida de ruas, construídas logo após o terremoto de 1755.

Luiz Macedo traça o seguinte perfil da Baixa, antes do terremoto:

“Antes do terremoto de 1755, o vale da Baixa era cortado nas direções mais variadas por umas seis ou sete dúzias de ruazinhas curtas e estreitas, travessas de modestas aspirações, bequinhos de palmo e meio, alfurjas e betesgas, vielazinhas inquisitorialmente torcicoladas, entre as quais de vez em quando suspirava confrangido num patiozinho, se alargava num terreiro de largura inferior

¹⁷ Id., *ibid.*, p. 72-73.

¹⁸ Id., *ibid.*, p. 75-76.

a qualquer das ruas que hoje por aqui passam, ou se abria um largozito inclassificável na configuração geométrica, esfomeado por área, absolutamente necessária para poder gozar descansadamente a qualificação que lhe deram e que tão ironicamente lhe assentava.”¹⁹

Dentre as diversas ruas que compõem a Baixa Pombalina, a Rua dos Douradores, para a maioria dos poetas, estudiosos, talvez seja a que ainda conserva muito do aspecto pombalino. Como diz Luiz Macedo:

“A Rua dos Douradores é de todas as ruas da Baixa aquela que melhor conserva o aspecto pombalino... E já repararam também que os douradores não existem e o que por ali há com abundância são as tabernas a rés da rua e as civas-fundas? Pois é o que por ali existe e desde há muitos anos. Pelo menos no tempo de Garret já ali estavam as afamadas ‘Covas de Salamanca’ onde a meia escada se encontrava o galego mais idealmente imundo que... tem deitado, metido no vão da chaminé a frigir sardinhas. Escancaravam a sua entrada no primeiro quarteirão, à direita de quem descesse da praça da Figueira e foram uma vez visitadas... pelo autor das ‘Viagens na minha terra’, o elegantíssimo Garret, em companhia de Gomes de Amorim a quem confessou ‘que nunca em suas viagens e misérias de emigrado achara nada tão sublimes.’”²⁰

O renascimento de Lisboa é marcado com a inauguração da Estátua Eqüestre de D. José, em 1775. Reedificada, Lisboa se mostra como a cidade perfeita, regularizada, que antes do terremoto era a utopia do Marquês em seu desejo incontrolável de reformar a sociedade portuguesa. Como mostra o “Breve discurso sobre a reedificação de Lisboa, e sobre a dedicação da Estátua Régia”:

“Vede, Senhor, que pedras, e que arquitetura! Vede que ruas, que galerias, que prospectos! Vede que praças, que arcos, que colunas! É esta porventura aquela cidade, vos deu o berço! Aquela Corte, que conhecestes ha vinte anos? Porém, há vinte anos sim era Lisboa por situação e perspectiva um vistoso anfiteatro; mas inacessível pelos montes, que de si mesma a dividiam. Sim, era uma povoação imensa; mas informe, sem ordem, sem

¹⁹ Cf. MACEDO, L. *A baixa pombalina*. Lisboa, 1938, p. 6-7.

²⁰ Id., *ibid.*, p. 50.

simetria [...]. Sim, era Corte dos Monarcas Portugueses; mas sem magnificência e esplendor de edifícios. Agora, porém, vemos uma cidade regular, uniforme, bem repartida, continuada, brilhante, magnífica: sem becos, sem gargantas, sem precipícios. Aqui alteados proporcionalmente os declívios: ali rebaixadas com igual arte as colinas: acolá cheios de novas povoações os grandes vazios, que antes eram ou campos de sementeira, ou íngremes oiteiros [...]. As praças multiplicadas e regadas de primorosas fontes. As casas particulares competindo com os grandes palácios. Em uma parte o Bairro Alto descendo por um suntuoso arco a beber no Tejo. Em outra servindo-lhe de escada para a Rua Formosa uma magnífica e bem lançada rampa. Passeio Público no mesmo centro da cidade. Os arrabaldes servidos de excelentes estradas, que na largura e firmeza podem competir com as vias militares dos romanos.”²¹

Tratando-se de um documento primoroso, o “Breve discurso sobre a reedificação de Lisboa...” mostra essa passagem da Lisboa do Terremoto de 1755, alvo do olhar europeu, como exemplo do que os “vícios” podem provocar a um reino, para o grande exemplo de cidade moderna voltada para o futuro.

“Imensos foram os cabedais e riquezas, que em um momento sorveu e aniquilou o sempre memorável e sempre espantoso terremoto do primeiro de novembro de mil setecentos e cinquenta e cinco. Imensas as despesas, que neste meio tempo fez o Rei por aliviar os vassallos... Ainda assim vemos reedificada no breve período de quinze anos uma capital, que para os séculos futuros será a oitava, ou a maior Maravilha do Mundo [...]. Fundavam os reis passados quando muito um palácio, um templo, um mosteiro. Estas fundações recomendavam justamente na posteridade a memória daqueles reis. Alcobaça a do Senhor Rei D. João V, porém, que comparação tem fundar um templo, com edificar uma cidade, e uma Cidade Capital?”²²

Inspirada numa tradição francesa, a Estátua Equestre de D. José I vai ser monumento símbolo do “renascimento português”. A Estátua Régia, como última pedra da Lisboa renascida das cinzas qual Phoenix, foi o símbolo de Portugal Pombalino. Era ela um presente aos

²¹ Cf. “Breve discurso sobre a reedificação de Lisboa, e sobre a dedicação da Estátua Régia”. Lisboa: Regia Offic. Typografica, 1775, p. 3-4.

²² Id., *ibid.*, p. 5-6.

habitantes de Lisboa, carentes de monumentos desde a perda da estátua de Apolo em decorrência do terremoto.

A Estátua Eqüestre se fixou no imaginário da cidade tornando-se, juntamente com a Baixa Pombalina, o símbolo emblemático da Lisboa reedificada. José Augusto França descreve e analisa o monumento no contexto da cidade:

“[...] se vê nesta composição a ‘generosidade real’, generosidade real, que se ergueu do seu trono para levar socorro à ‘cidade em ruínas’. É ajudada pelo ‘governo da república’, que lhe apresenta uma criança alada, que é o ‘amor da virtude’. De joelhos, diante do trono, o ‘comércio’, põe as suas riquezas à disposição da ‘generosidade real’; por detrás dele, a arquitetura, que mostra os planos da nova cidade, e a providência humana, coroada de espigas de trigo, uma palma e duas chaves na mão esquerda. Sete personagens mimam a cena: mais de três e menos de nove, como exigem as boas regras.”²³

Quando da inauguração da Estátua, Pombal escreve ao Rei:

“Depois de terem os suntuosos e bem delineados edifícios de Lisboa acreditado tanto a arquitetura, a portentosa estátua eqüestre, o soberbo e delicado pedestal dela, a elevação e colocação daqueles incomportáveis pesos e primorosa estampa, que sucessivamente manifestou ao público os merecimentos daquelas difficílimas obras, todas feitas por mãos de portugueses, mostram bem vivamente aos estrangeiros que nenhuma inveja podem causar a Portugal nem aos seus desenhadores, nem os seus pintores, nem os seus mais famigerados fundidores mais famosos, nem os seus mais hábeis e peritos maquinistas.”²⁴

No “Breve discurso sobre a reedificação de Lisboa...”, a cidade reedificada e o monumento dedicado a D. José – ambos representavam o começo e o fim das reformas na sociedade portuguesa.

“A Nova Lisboa está tão persuadida de que o seu grande Rei deve o ser, o esplendor, a duração, que para imortal padrão do seu reconhecimento lhe dedica na Real Praça do Comércio uma soberba e primorosa estátua. Esta quanto a mim é maior obra do grande Rei; civilizar até o ponto de a fazer agradecida, uma nação por natureza parca de louvores, e há duzentos anos por falta de

²³ Cf. FRANÇA, op. cit., p. 137.

²⁴ Id., ibid., p. 141-142.

disciplina, pouco ou nada costumada a semelhantes demonstrações de obséquio. Grande ação do povo português, levantar uma estátua ao seu Rei! Mas que merecimento não será de um Rei, ser em Portugal o primeiro, teve uma estátua do seu povo.”²⁵

A Reconstrução de Lisboa fortaleceu ainda mais Pombal. O rei era apenas um elemento representativo, que seguia as recomendações de seu poderoso ministro. Logo após a queda do Marquês, D. Maria I mandou retirar da estátua a peça que continha a imagem de Pombal. A peça de bronze retornou ao monumento no século XIX, tal o grau de representatividade e importância do grande ministro na reforma da sociedade.

“Olhai para esses elevados montes dalém do Tejo: eles se alegram e se gloriam de formarem parte dos domínios de um tão grande Rei. Olhai para esse soberbo e empolado oceano: ele vos protesta que nunca com maior gosto se submeteu a conduzir as frotas portuguesas do que depois que se viu navegado das Vossas naus [...]. Vós também, ó Grande Ministro, que hoje nascestes para ser o ativo instrumento e o sábio diretor de tão estupendas ações; justamente ocupais na base da estátua o lugar que junto ao seu trono vos dá o protótipo da estátua. Justamente depois do Rei, sois o que a arrasada e prostrada Lisboa reconhece e celebra por primeiro autor e motor da sua restauração. Vós lhe destes a mão para se levantar do mais deplorável estado de miséria, ao mais elevado cume de glória e de luzimento. Vós, o que desde o primeiro momento da ruína começastes logo a cuidar da reparação dela. Vós, o que tombastes os solos; desembaraçastes os caminhos; alinhastes as ruas. Vós, o que fizestes premiar com distintas honras e doações, aos que na edificação mais se distinguiam. Vós, no espaço de três lustros vistes principiada e acabada por Vossa direção uma capital, que, faltando Vós, se não concluiria em muitos séculos...”²⁶

A cidade toma a palavra e agradece ao seu amado restaurador, que a tornou a mais bela, regular e geométrica da Europa.

“Ó Grande Rei D. JOSÉ o Magnânimo! Que seria de mim, se ao tempo que me vi lançada por terra a impulsos do mais violento terremoto; reduzida a cinzas por um incêndio, que parecia querer

²⁵ “Breve discurso sobre a reedificação de Lisboa...”, op. cit., p. 7-8.

²⁶ Id., *ibid.*, p. 12-13.

devorar e consumir as mesmas pedras; Vos não tivesse por meu REI, por meu Pai, por meu Defensor? Ó Grande MARQUÊS DE POMBAL! Que seria de mim, se no ponto da maior consternação e confusão, se quando todos se desamparavam, não persistísseis intrépido e constante ao lado do REI, vigiando de dia e de noite por me acudirdes? O que prontas foram e que eficazes as providencias que destes, para atalhar os progressos do mal, e para minorar os efeitos da ruína! Todos fugiam sem acordo, por cuidarem de si: só Vós com uma admirável e singular presença de espirito, antepusestes sempre o decoro e serviço do REI ao Vosso desafogo; a saúde à Vossa conservação [...]. Logo mandastes abater o resto dos edifícios, que ameaçavam nova ruína; desentulhar os caminhos, fazer tombo das propriedades. Logo fostes traçando nova forma de arruamentos, a reforma de edifícios públicos, e um total melhoramento do que dantes fora. Enfim, eu depois de me ver inteiramente destruída, e quase toda incendiada; depois de consumido tudo o que em mim havia de precioso: acho-me agora restituída não só a uma nova vida, mas a um estado brilhante; acho-me capaz de disputar a primazia às maiores e mais polidas Cortes da Europa.”²⁷

Miguel Mauricio Ramalho, em 1780, publicou o poema épico “Lisboa Reedificada”. Composto de nove cantos, em oitavas “ritimadas”, o poema tem como tema central a reedificação da cidade sobre as ruínas do terremoto de 1755. Com base no mito da fundação de Lisboa por Ulisses, Ramalho utiliza o universo mítico grego para relatar, em forma de poema, os efeitos do Terremoto e a Reconstrução da Cidade.

“Sobe Vênus ao Padre Soberano
Toda cheia de magoa e de tristeza
Da Capital do Reino Lusitano
Asseada chorando a gentileza
Desculpa Iove ser divino Ariano
Do Régio Herói, que apesar do Fado
A restaura a melhor, mais nobre estado”

[...]

²⁷ Id., *ibid.*, p. 14-16.

“O valor, Régio, dom, com que constante
Sem poder socorrê-la arder a viste,
É sem dúvida o mesmo, ou mais possante,
Que alegre a levantou do estado triste:
De opressões combatida, vigilante
Embaraços venceu, tudo resiste;
Dando ao mundo a saber grandeza tanta,
De qual palma oprimida se levanta”²⁸

Ramalho compara Lisboa à Fênix, que renasce das cinzas:

“Essa águia viste, como decaída,
Não podendo beber o Phebo ardente;
Para ter novas penas, nova vida,
Em as águas se banha diligente;
Lisboa, quando triste, e tão sentida,
Por ela tens chorado amargamente;
Outra Phenix, outra águia com espanto
Nascerá do seu fogo, e do teu pranto”²⁹

Num tom saudosista da Lisboa pré-terremoto, o poeta português fala do castigo divino que tomou de assalto a bela “Ulyssea”:

“Quanto temo perder-se a gentileza
Se a dor assim te entregas rigorosa;
Quem teremos por Deusa da beleza?
Pois outra se não acha tão formosa.
Bem sei era do teu amor empresa
A preclara Ulyssea, e populosa;
O raio não vibre; mão mais potente
A seta disparou na lusa gente”³⁰

Fazendo referência à Baixa Pombalina, regularizada e geométrica, Ramalho fala da Praça onde foi posta a Estátua Equestre, além das novas ruas que foram abertas:

²⁸ Cf. RAMALHO, M. *Lisboa reedificada*. Lisboa: Typ. Regia, 1780, p. 1-2. Talvez o único exemplar existente no Brasil pode ser encontrado no Real Gabinete Português de Leitura – Rio de Janeiro.

²⁹ Id., *ibid.*, p. 31.

³⁰ Id., *ibid.*, p. 25.

“Esta a Praça, em que o nome teu escrito
 Em mármore verás, em bronze duro,
 Alto padrão, que o mundo ao grande grito
 Da fama há de ocupar para o futuro:
 Para a fábrica artífice perito,
 E o melhor descobrir eu te asseguro,
 Com que vejas, e veja todo o mundo
 No mesmo não haver outro segundo”

[...]

“Às ruas, que aqui vês delineadas,
 Régios nomes impõe pela beleza,
 O Teu, da Esposa, e Filha tão prezadas,
 Augusta, nova, bela, e da Princesa:
 Feliz está, que bodas decretadas
 Com Pedro estão no céu, do céu empresa,
 Dos quais hão de nascer, doces amantes,
 Ínclita geração, altos infantes.”³¹

A cidade é exaltada em sua arquitetura. A beleza das ruas leva Pombal a homenagear a Família Real, batizando as ruas com os nomes de seus membros. A Baixa é lembrada nas oitavas:

“Simples arquitetura, mas formosa
 Idéia nobre de igualdade rara,
 Com que faz a cidade mais vistosa,
 E sem regra o prospecto a afeiara:
 Rua Nova de El Rei tão majestosa,
 Que o nome régio bem se lhe aplicara,
 Rua Áurea, e refulgente; e na beleza
 A outra, que das mais se diz Princesa”

[...]

“Rua bela real, que por ser bela,
 Se diz também das mais ser a Rainha,
 Em todas grande engenho se desvela,
 Por entr’elas o assombro se encaminha:
 Medida justa tem, e paralela,
 Para serem iguais assim convinha;
 A si nomes excelsos adjudicam,
 Que com eles assim mais nobres ficam.”³²

³¹ Id., *ibid.*, p. 80.

Ramalho cita o Terreiro do Paço, batizado de Praça do Comércio, que assume o espírito de “Place Royale” devido às suas Arcádias regulares, o Arco do Triunfo e, principalmente, a Estátua Eqüestre.

“Em o centro da Praça mais vistosa,
Que seus ângulos bela iguais apanho,
Com fortíssima gala, e portentosa
Se edifica de pedra uma peanha:
Como quem sustentar há de vaidosa
Tão grande imagem, máquina tamanha,
Como quem há de ser real assento
Da nobre Estátua, do maior portento.”³³

Quando da inauguração da Estátua, em 1775, Pombal poderia fazer um balanço de suas ações – resultado de uma vitória política discutível, polêmica e irregular em alguns pontos.

O Marquês transferiu toda ação política para a ordem urbana. Lisboa era o retrato perfeito do desejo de um homem que, por mais que tenha sido criticado, discutido, deixou a sua marca, concretizando o que seria apenas um simples desejo. Sem dúvida, Lisboa foi a realidade sonhada de Pombal. Em sua operação cirúrgica, o Marquês conseguiu expor duas cidades: A Lisboa medieval, soterrada pelo terremoto; e a Lisboa moderna, reedificada, que foi um marco no urbanismo europeu, para além dos projetos utópicos renascentistas.

³² Id., *ibid.*, p. 85.

³³ Id., *ibid.*, *passim*.